



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXI — Nº 151

QUINTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1976

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 208ª SESSÃO, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

De agradecimento de comunicação:

Nº 183/76 (nº 346/76, na origem), referente à escolha do Sr. Ronald Leslie Moraes Small, Embaixador do Brasil junto à República Popular de Moçambique, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino de Lesoto.

1.2.2 — Requerimentos

Nº 576/76, do Sr. Senador Accioly Filho, solicitando tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 193/75 e 283/76 e o Projeto de Lei da Câmara nº 2/76.

Nº 577/76, do Sr. Senador Otto Lehmann, solicitando, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Professor Doutor Pedro Kassab, Presidente da Associação Médica Brasileira, quando de sua posse também na Presidência da Associação Médica Mundial durante a XXX Assembléia Médica, realizada em São Paulo.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Presença do Ministro da Agricultura no Estado de Sergipe e os eventos verificados no decorrer da visita de S. Exª àquele Estado.

SENADOR AUGUSTO FRANCO — Contrato firmado pelo Presidente da PETROBRÁS, dando início à implantação das unidades de amônia e uréia no Estado de Sergipe.

SENADOR ITALÍVIO COELHO — Falecimento do jornalista Roberto Jacques Brunini.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 26/68 (nº 1.867-B/68, naquela Casa), que dá nova redação ao § 1º do artigo 449 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Votação adiada** para a sessão do dia 10 de março de 1977, nos termos do Requerimento nº 578/76.

— Requerimento nº 524/76, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Azeredo da Silveira, publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 5 de outubro de 1976. **Aprovado.**

— Requerimento nº 531/76, do Sr. Senador Otair Becker, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Engenheiro Telmo Thompson Flores por ocasião da visita do Senhor Presidente da República ao Estado de Santa Catarina. **Aprovado.**

— Projeto de Lei do Senado nº 8/76, do Sr. Senador Franco Montoro, que assegura direitos dos empregados no caso de falência ou concordata da empresa. **Rejeitado.** Ao Arquivo.

— Projeto de Lei do Senado nº 91/75, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta parágrafo único ao art. 394 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Rejeitado.** Ao Arquivo.

— Projeto de Lei do Senado nº 92/75, do Sr. Senador José Esteves, que dispõe sobre a transferência da sede da Superintendência da Borracha para a cidade de Manaus. **Rejeitado.** Ao Arquivo.

— Projeto de Lei do Senado nº 125/76, do Sr. Senador Osires Teixeira, que autoriza os Governos Estaduais a implantar agências de banco oficial ou Caixa Econômica estadual, nos termos que especifica. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Rejeitado.** Ao Arquivo.

— Projeto de Lei do Senado nº 135/76, do Sr. Senador Franco Montoro, que estende aos trabalhadores rurais o abono previsto para os trabalhadores urbanos, a ser pago pelo FUNRURAL dentro de suas disponibilidades financeiras. (Apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade.) **Rejeitado.** Ao Arquivo.

1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO

ENCERRAMENTO

2 — CONSULTORIA JURÍDICA

— Parecer nº 66, de 1976.

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 208ª SESSÃO, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Ruy Carneiro — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — João Calmon — Roberto Saturnino — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Otto Lehmann — Itálio Coelho — Mendes Canale — Accioly Filho — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação:

Nº 183/76 (nº 346/76, na origem), de 10 do corrente, referente à escolha do Senhor Ronald Leslie Moraes Small, Embaixador do Brasil junto à República Popular de Moçambique, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino de Lesoto.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 576, DE 1976

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno, "requiro que tenham tramitação em conjunto os seguintes projetos:

Projeto de Lei do Senado nº 193/75, Projeto de Lei da Câmara nº 2/76 e Projeto de Lei do Senado nº 283/76.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1976. — **Accioly Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 577, DE 1976

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Professor Doutor Pedro Kassab, na ocasião em que o ilustre patricio — Presidente da Associação Médica Brasileira — foi empossado também na presidência da Associação Médica Mundial, fato ocorrido durante a XXX Assembléia Médica, realizada em São Paulo.

Trata-se de pronunciamento que teve larga repercussão na classe médica, tendo sido ouvido e aplaudido também por delegações de dezenas de países estrangeiros.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1976. — **Otto Lehmann**.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O requerimento lido será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No último dia 31, estive em meu Estado o Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, tendo desenvolvido intenso programa. Recebido no aeroporto pelo Governador José Rollemberg Leite, o Ministro se fazia acompanhar pelo Presidente do Instituto Brasileiro do Café, Dr. Camilo Calazans de Magalhães.

Do aeroporto, o Ministro Alysson Paulinelli e o Governador de Sergipe se dirigiram para a Cooperativa Sergipense de Laticínios, onde se deu a inauguração de nova unidade de beneficiamento de leite.

Logo após, seguiram para a cidade de Boquim, onde foram inauguradas as instalações do Mercado Expedito daquela cidade, e lançaram o Programa do POLONORDESTE de Sergipe, Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado Tabuleiros Sul de Sergipe, tendo sido assinados contratos na área da educação, crédito rural, saúde, saneamento básico e eletrificação. Na solenidade de inauguração do Mercado Expedito, falou o Prefeito Horácio Fernandes Fontes, que entregou ao Ministro da Agricultura o título de Personalidade Citrícola. Em nome dos vereadores de Boquim, discursou o Deputado Cleonânio da Fonseca, que entregou ao Ministro Alysson Paulinelli o título de Cidadão Boquinhense. Também falou o Governador José Rollemberg Leite, destacando a importância, para Sergipe, da presença do Ministro da Agricultura na cidade de Boquim.

Este, por sua vez, dirigiu-se ao povo, saudando-o e expressando sua satisfação por encontrar-se em Sergipe, "região que sobretudo nos orgulha — disse S. Exª —, que merece do Governo o seu agradecimento, porque aqui não encontramos aqueles que aceitaram as teses do derrotismo brasileiro, aqueles que se curvaram diante dos negativistas, aos que, não crendo em si, não crêem no futuro do próprio País." Acrescentou que os produtores sergipanos da região davam "uma demonstração ao País do que pode um produtor brasileiro fazer, mesmo face à adversidade do clima, às asperezas do solo."

Terminada a fala do Ministro, os presentes percorreram as instalações do Mercado Expedito Rural de Boquim, procedendo-se a uma demonstração de seu funcionamento.

Às 16 horas do mesmo dia, o Ministro Alysson Paulinelli e o Governador José Rollemberg Leite abriam, oficialmente, a XXXV Exposição Agropecuária do Estado de Sergipe, que alcançou grande êxito.

Na solenidade de abertura dessa exposição, em nome do Governador, o Engenheiro-Agrônomo Geraldo Soares Barreto deu as boas-vindas ao Ministro da Agricultura, agradecendo sua presença naquela solenidade, e destacando a importância da exposição, cujo significado foi, em seguida, bem realçado por eloquente discurso do Ministro Alysson Paulinelli.

Sr. Presidente, é de se salientar, no decorrer da visita que o Ministro da Agricultura fez ao meu Estado, o lançamento, em Boquim, do Projeto Tabuleiros Sul, incluído no POLONORDESTE, criado pelo Governo do eminente Presidente Geisel, que visa ao desenvolvimento integral das áreas rurais em toda a região nordestina. Primeira etapa do POLONORDESTE, o Programa Tabuleiros Sul beneficiará, de imediato, os Municípios de São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhhy, Indiaroba, Boquim, Pedrinhas, Salgado, Umbaúba, Cristinápolis e Arauá. O prazo

de execução do Programa está estimado em quatro anos, com investimentos que irão além de 369 milhões de cruzeiros, dos quais, 40 milhões, já estão sendo aplicados.

Maior produtor de laranja do Nordeste, Boquim será altamente beneficiado com a inauguração do Mercado Expedidor, com 1.764 metros quadrados e cuja construção custou 4 milhões de cruzeiros. Implantado pela COBAL, o mercado de Boquim completa o sistema de distribuição de produtos hortigranjeiros à população, além de impulsionar o desenvolvimento da agricultura na região. O Mercado Expedidor impedirá a sucessão de intermediários, beneficiando sobretudo produtores e consumidores.

A presença do Ministro Alysson Paulinelli em meu Estado tornou realidade das mais auspiciosas, lá, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE — iniciativa do Governo Geisel, que objetiva a alocação de recursos em áreas da região nordestina que evidenciam potencialidades para a consolidação de pólos rurais de desenvolvimento. O Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado dos Tabuleiros Sul de Sergipe, lançado oficialmente pelo Ministro da Agricultura em sua visita a Sergipe, será executado pelos órgãos da administração federal e estadual, sendo inestimável sua importância para o meu Estado. O projeto abrangerá uma área de 3.578 quilômetros quadrados, atingindo três microrregiões homogêneas do Estado e é formada por onze municípios. Com relação ao Estado de Sergipe, a área corresponde a 15,8% da superfície total, o que bem demonstra o vulto do empreendimento e sua decisiva significação para a criação e o desenvolvimento de grandes pólos rurais no Estado. A região abrangida pelo Programa tem 36 habitantes por quilômetro quadrado, com uma população atual de 125.596 habitantes. As culturas a serem imediatamente favorecidas são: coco, citros, mandioca, banana, maracujá, fumo e a pesquisa e experimentação agropecuária, para o que será adquirida uma área para implantação de um campo experimental, bem como montada uma casa de vegetação.

Sr. Presidente, o novo Programa, lançado no meu Estado pelo eminente Ministro Alysson Paulinelli, é fruto de estudos cuidadosos, realizados harmonicamente pelo Governo Federal e o Governo do Estado. Sua importância é a mais vasta possível, compreendendo, ainda, a construção de estradas vicinais, eletrificação rural, saneamento básico, educação, saúde, pesquisas agropecuárias, extensão rural, comercialização, colonização, controle fito-sanitário do coqueiro, estudos sócio-econômicos, apoio ao setor industrial. Seus efeitos serão, assim, os mais positivos e benéficos possíveis, de tal forma que repercutirão em todo o Estado e até mesmo no Nordeste.

Em sua rápida permanência no meu Estado, o Ministro da Agricultura deu ampla demonstração do empenho do Governo do eminente Presidente Ernesto Geisel em solucionar, de vez e conforme planejamento bem elaborado, precedido de minucioso estudo, problemas que há séculos sacrificam as regiões rurais do meu Estado e de todo o Nordeste.

Como S. Ex^a tão bem expressou, é a resposta que o eminente Presidente Geisel dá, cotidianamente, aos derrotistas, aos que não acreditam em si mesmos e, assim, desacreditam em nossa Pátria, dando-se ao negativismo. Atitude que é bem oposta à ação que o Governo desenvolve, empenhado como está, com todas as suas forças, na solução de nossos problemas e no desenvolvimento integrado o mais acelerado possível, especialmente nas regiões menos favorecidas, como se dá com o Estado de Sergipe, cujo povo pôde, novamente, testemunhar o árduo trabalho do atual Governo, em setor da maior significação para grande parte da população sergipana.

Sr. Presidente, solicito que sejam feitos parte integrante deste meu pronunciamento os discursos proferidos em Boquim, no dia 31 de outubro de 1976, pelo Governador José Rollemberg Leite, pelo Prefeito Horácio Fernandes Fontes e pelo Deputado José Cleonânio da Fonseca, quando do lançamento do POLONORDESTE de Sergipe e inauguração da 2ª etapa do Mercado Expedidor Rural de Boquim. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Pronunciamento do Governador José Rollemberg Leite, em Boquim, por ocasião do lançamento do POLONORDESTE em Sergipe:

"SERGIPE SE MANTÉM FIEL À REVOLUÇÃO"

A vida de um governante é de trabalho incessante, de preocupações das primeiras horas da manhã às últimas do entardecer, renovadas, de providências que nunca terminam.

A quem se investe na suprema direção do Estado, tornam-se raros os momentos de lazer e quase sempre não dá tempo para se cuidar da própria vida privada.

Mas o cargo, meus Senhores, tem também seu lado positivo. Há motivações de ordem cívica e moral, que nos emprestam forças para enfrentar o labor diário e arrostar as dificuldades que se nos antepõem. Há exemplos de ordem pessoal e circunstâncias de caráter político-social, que nos ajudam a suportar todos os sacrifícios e nos animam a prosseguir no ideal do bem-servir.

Tais motivações, encontramos-las na consciência do dever a cumprir, na certeza de estar sendo útil à nossa terra e ao nosso povo. Pois sentir-se válido e prestante, saber-se co-artífice de uma sociedade mais justa, mais igualitária e progressista, é a maior recompensa que um Governante encontra para doar-se de corpo e alma à nobilitante causa do bem-comum.

Os exemplos de ordem pessoal e as circunstâncias de caráter político-social, encontramos-los em momentos de sadio engajamento humano e do agir estatal em bases racionais, como este de que ora participamos. Pois aqui nos encontramos, povo e Governo, para inaugurar mais uma obra pública — o MERCADO EXPEDIDOR DE BOQUIM, de fundamental importância para o desenvolvimento deste já próspero Município. Aqui nos encontramos para deflagrar mais um programa de trabalho — o POLONORDESTE, de profundo e dilatado alcance para o desenvolvimento de toda uma região sergipana.

Ambas as realizações, minhas Senhoras, meus Senhores, são frutos de laboriosas cogitações, de modernos e aprofundados estudos, no sentido do melhor aproveitamento dos recursos da terra e da capacidade produtiva do homem. São o resultado feliz do esforço conjunto dos Governos Estadual e Federal, este último aqui representado por uma das figuras ministeriais mais importantes, que é o jovem e competente titular da pasta da Agricultura, Ministro Alysson Paulinelli.

A propósito, é de justiça que o diga e solenemente proclame, que é uma honra muito grande para qualquer governante estadual, o participar de um esquema político em que se mobilizam homens da têmpera e do quilate do Ministro Paulinelli. O engajar-se numa estrutura de governo que se lastreia nos valores ético-sociais de que se nutre a civilização cristã, e a cuja frente se encontra a figura exponencial do eminente Chefe da Nação, General Ernesto Geisel.

Temos consciência, no entanto, de que esta participação e este engajamento, de que tanto nos honramos, não são um bem gratuito ou um presente recebido nem nenhuma contraprestação. Ao contrário, o ideário da Revolução é como se fosse uma autêntica profissão de fé, a nos impor o dever do trabalho honesto, da captação dos anseios populares, do emprego mais rentável dos recursos disponíveis, para que a ação governamental se traduza na promoção do homem, do grupo, e do corpo social como um todo.

Daí a satisfação pessoal que experimentamos, neste momento, pois as realizações agora anunciadas são exatamente o penhor da nossa contrapartida, o resgate da dívida nunca contestada.

Aqui, em Boquim, a Revolução se mantém fiel aos seus compromissos históricos, e Sergipe se mantém fiel à Revolução.

Muito obrigado!

Saudação do Prefeito de Boquim, Horácio Fernandes Fontes, ao Ministro Alysson Paulinelli, em 31-10-76.

A presença hoje em Boquim do Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura Dr. Alysson Paulinelli, é mais uma demonstração do interesse e da atenção que tem o Governo Federal em relação ao nosso município. Para lançar em Sergipe um dos mais importantes programas criados para o Nordeste pelo Governo do Presidente Geisel, foi escolhido justamente o município de Boquim. Por que o Ministro da Agricultura deslocou-se de Brasília e escolheu justamente o nosso município para fazer o lançamento oficial em Sergipe do POLONORDESTE? Foi exatamente porque Boquim é um município exemplo de trabalho e de capacidade. Aqui, o Ministro inaugurará também a segunda etapa de uma importante realização, o Mercado Expedidor, que, para os citricultores terá uma especial significação.

Mas, se aqui não houvesse trabalho, se aqui não estivéssemos preocupados com o desenvolvimento, dificilmente um Ministro viria a Boquim, dificilmente seríamos prestigiados sempre como temos sido até agora pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual.

Boquim transformou-se no principal centro de citricultura do Nordeste graças ao trabalho do seu povo e graças ao apoio que sempre temos recebido das autoridades. Este apoio deve continuar, pois se aqui for montado um centro de contestação ao Governo, se aqui os assuntos administrativos passarem a ser comandados pelos que se preocupam apenas em criticar e em destruir, aí então todo o progresso desta terra estará gravemente ameaçado. O povo de Boquim tem sabido ser grato, o povo de Boquim tem sabido reconhecer, e por isto não poderá ignorar os grandes benefícios que este município tem recebido, e por conseguinte não poderá permitir que a responsabilidade administrativa, que o trabalho construtivo, sejam substituídos pela aventura e pela demagógica improvisação.

O ilustre e dinâmico Ministro Alysson Paulinelli não é a primeira personalidade de destaque que nos visita. Numa demonstração de que nos últimos anos quando a política deste município passou para as mãos dos que lutam única e exclusivamente pelo progresso, aqui, várias figuras do primeiro plano na vida política, administrativa e cultural do País compareceram. Somente no período da nossa administração aqui estiveram o Presidente do Banco do Brasil, Dr. Ângelo Calmon de Sá, o Diretor do Banco do Brasil para a Região Nordeste Dr. Aristófanes Pereira, o Presidente Nacional da ARENA, Deputado Francelino Pereira, o Secretário da ARENA, Deputado Prisco Viana, o Presidente da COBAL, Dr. Mário Ramos Vilela, o escritor Aurélio Buarque de Holanda, além das visitas, repetidas vezes, do ex-Governador Paulo Barreto de Menezes, do atual Governador Dr. José Rollemberg Leite, de Secretários de Estados e dos ilustres Senadores Lourival Baptista e Augusto Franco.

O Mercado Expedidor, que hoje se inaugura, abrirá novas perspectivas para a dinamização da economia de Boquim e, em particular, da citricultura. É assim, mais uma importante realização que se soma a tantos benefícios que têm chegado ao nosso município desde que neste País começou a Revolução de março de 1964. Essa Revolução cujos propósitos renovadores se fazem sentir em todos os aspectos da vida nacional. Boquim progrediu com a Revolução, e o seu povo tem assim plena consciência de que deverá assegurar todo o apoio para que na área da administração municipal, a Revolução continue promovendo o progresso, promovendo o bem estar em perfeito entendimento com o Governo Federal.

Como Prefeito, posso afirmar que pouco poderia ter realizado se não recebesse sempre o apoio de diversos órgãos do Governo do Estado e do Governo Federal. Por ter responsabilidade, por ter a consciência do dever que me cabe como governante deste município, tenho procurado em todas as circunstâncias manter contato permanente com as autoridades, fazendo reivindicações, apresentando pedidos justos do povo boquinhense, e nunca deixei de ser atendido. Mas, caberia aqui uma pergunta: O que seria de Boquim e do seu povo se na Prefeitura estivesse alguém incompatibilizado com

as autoridades, adversário da Revolução, inconformado com os rumos atuais do nosso País? Cabe ao povo que agora aqui tem a presença de um Ministro de Estado, responder com sua inteligência a essa pergunta.

Sr. Ministro Alysson Paulinelli:

Vossa Excelência encontra em Boquim uma região que em Sergipe pode ser considerada privilegiada. Aqui não existem profundas injustiças sociais. Aqui a renda é razoavelmente distribuída entre um grande número de pequenos e médios proprietários que cultivam suas terras e transformam este município em um importante pólo de citricultura. A laranja de Boquim abastece hoje não só a Sergipe mas também a todos os Estados do Nordeste. Mas, tudo o que conseguimos foi feito às custas de muito sacrifício e muita abnegação. É certo, que não nos tem faltado o apoio, mas, na realidade, necessitamos ainda muito mais para que possamos assegurar níveis mais elevados de produtividade aos laranjais; para que possamos produzir melhores frutos; para que tenhamos enfim a possibilidade de utilizar as mais modernas técnicas atualmente empregadas em citricultura. Estamos certos de que para isso contaremos sempre com o valioso e decidido apoio de Vossa Excelência.

Leve com Vossa Excelência, Sr. Ministro, o reconhecimento e a gratidão do povo de Boquim e atenda ainda a um pedido que agora lhe formulamos: traduza ao eminente Presidente Ernesto Geisel a expressão maior da admiração e do respeito de um povo que, sabendo, no instante oportuno, expressar livremente seus sentimentos, demonstrando maciçamente seu apoio e sua identificação com propósitos de renovação, responsáveis pelo novo Brasil que todos estamos construindo.

Discurso proferido pelo Deputado Cleonânio da Fonseca, no Município de Boquim, em 31-10-1976:

Fazendo de Vossa Excelência cidadão honorário, Boquim homenageia, e ao mesmo tempo é também homenageado. Na realidade, Sr. Ministro, a aceitação por Vossa Excelência do título que a Câmara de Vereadores lhe concede, representa uma deferência especial ao nosso município, uma prova de apreço que a sua presença torna ainda mais significativa.

Um jovem como Vossa Excelência, investido das altas responsabilidades de Ministro de Estado, é a demonstração mais eloquente da responsabilidade que assumem as novas gerações perante os destinos nacionais. E Vossa Excelência tem sabido com patriotismo e dignidade corresponder à confiança do ínclito Presidente Ernesto Geisel. Vossa Excelência, Sr. Ministro Alysson Paulinelli, tem sido o grande comandante da batalha pela produção, da luta que travamos para transformar este País no mais curto espaço de tempo em um dos principais celeiros do mundo. E o futuro da própria humanidade está ligado ao êxito que for agora obtido na tarefa de aumentar a produção e a produtividade dos campos. Para cumprir o seu destino de potência, o Brasil deverá assegurar em primeiro lugar a sua autosustentação em alimentos, garantindo ainda um expressivo excedente para a exportação. Dentro dos próximos dez anos, a balança do poder mundial irá deslocar-se inevitavelmente para os países que forem grandes produtores de alimentos, e o Brasil, pela sua extensão territorial, terá de ser um desses países. Vossa Excelência, Sr. Ministro, com descortino e inteligência compreendeu exatamente o desafio que temos de enfrentar e se dispôs com realismo e coragem a executar uma agressiva política de ampliação das nossas fronteiras agrícolas, de modernização das áreas plantadas, empenhando toda a sua energia de jovem e toda a sua inspiração de idealista, em um trabalho complexo, difícil, mas que representa talvez o caminho mais válido para a nossa definitiva emancipação econômica.

Sendo um município diretamente ligado à agricultura e que fez da citricultura a base da sua economia, Boquim quis ter entre os seus filhos um homem que é o próprio símbolo de uma política objetiva de desenvolvimento da agricultura nacional.

Assim, Sr. Ministro. Vossa Excelência se torna hoje um dos nossos. Assim Sr. Ministro, Boquim orgulha-se hoje de ganhar um ilustre filho.

Boquim ganha hoje também novas responsabilidades, pois, ao conferir o título de cidadão a Vossa Excelência, o povo deste município assume igualmente um compromisso maior de participar ativamente do esforço nacional pelo aumento da produção.

Mas, para que esse compromisso se torne mais efetivo, o Município de Boquim precisa continuar sendo administrado responsavelmente. O município de Boquim, precisa continuar integrado com a Revolução.

Transformado agora em cidadão boquinhense, Vossa Excelência, Sr. Ministro, se torna também um intérprete das nossas próprias reivindicações e se integra ainda mais aos nossos objetivos de desenvolvimento.

Ao promover esta homenagem a Vossa Excelência, o povo de Boquim, através dos seus vereadores deseja sobretudo transmitir o seu reconhecimento e a sua admiração ao Governo do eminente Presidente Ernesto Geisel, cujas diretrizes continuarão sendo seguidas neste município, através de uma continuidade administrativa que traduz uma perfeita identificação com os objetivos renovadores da Revolução Brasileira.

Senhor Ministro:

O diploma que Boquim lhe outorga neste momento aqui está, mas o entrego ao Senhor Lourival Baptista, grande amigo deste Município, para fazer chegar às mãos de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Franco.

O SR. AUGUSTO FRANCO (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na história de Sergipe, o dia dez de novembro ficará assinalado como a data decisiva em que se deu início à implantação de um complexo industrial, que começará o processo de utilização econômica dos nossos recursos minerais. Ao assinar o contrato na localidade de Pedra Branco, Município de Laranjeiras, para construção das unidades de amônia e uréia, o Presidente da PETROBRÁS, General Araken de Oliveira, iniciou uma marcha irreversível que, desdobrada em vários projetos, irá consolidar em Sergipe um importante pólo mineral, químico e petroquímico.

A partir do segundo semestre de 1980, Sergipe estará produzindo novecentos e sete toneladas diárias de uréia e mil e cem toneladas diárias de amônia. Para a execução do projeto, serão investidos mais de duzentos e trinta milhões de dólares. As unidades de amônia e uréia irão consumir, como matéria-prima, o gás natural produzido em terra e na plataforma continental sergipana. O gás será processado antes numa Planta de Gasolina Natural, que deverá ser instalada em Carmópolis, e daí conduzido através de um gasoduto, até o complexo industrial situado em Laranjeiras.

O projeto irá exigir a construção de uma grande adutora, que canalizará água do São Francisco para atender às necessidades da indústria, e servirá ainda para o abastecimento de Aracaju. A construção dessa adutora foi objeto, há dois meses, de uma análise que aqui fizemos, mostrando que a implantação de um Distrito de Indústrias Pesadas em Laranjeiras exigiria um volume muito grande de água que somente poderia ser obtida no São Francisco, a uma distância de pouco mais de setenta quilômetros. Preconizávamos, então, a construção de uma adutora, que serviria ainda para solucionar definitivamente o difícil problema do abastecimento de água de Aracaju, e reivindicávamos do Governo Federal apoio financeiro para que o Governo de Sergipe pudesse assinar, com a PETROBRÁS, um convênio visando à construção da referida adutora. O início da construção das unidades de amônia e uréia, envolvendo também a necessidade de outros importantes projetos, tais como a adutora e a Planta de Gasolina Natural, exigirá, ainda, trabalhos de modernização do sistema ferroviário ligando Aracaju a Salvador,

Maceió e Recife. A ampliação da bitola da linha férrea e sua eletrificação se constituem hoje em exigências prioritárias, pois está previsto que o escoamento da produção de amônia e uréia será feito por via ferroviária, em virtude dos obstáculos que, infelizmente, ainda persistem para a construção de um porto marítimo em Sergipe. Dessa forma, obras de grande vulto encontram-se interligadas, representando para Sergipe e para o Nordeste perspectivas maiores de dinamização econômica.

Agora, Sergipe encontra motivos para libertar-se de um clima de frustrações e desesperanças que começou a existir a partir do momento em que protelações inexplicáveis começaram a inviabilizar a execução do Projeto Potássio, o que representou para o Estado a perda de importantes indústrias, como a Usina de Barrilha, transferida pela Alcalis para o Rio Grande do Norte, depois de ter sido projetada e formalmente garantida para Sergipe. Essas protelações, resultantes do infeliz encaminhamento de providências que terminaram por conceder ao Grupo Lume o controle total das reservas de sais minerais do subsolo sergipano, fizeram com que o desenvolvimento do Estado fosse retardado pelo menos em cinco anos, enquanto o País continua tendo a pesar em sua balança de pagamentos o ônus pela importação do potássio e de vários outros produtos essenciais, que hoje já poderiam estar sendo obtidos em Sergipe.

Mas não cabe aqui revolver o passado. O que deve ser destacado, agora, é o esforço demonstrado na superação do tempo perdido. Os projetos para Sergipe estão sendo acelerados, depois que o Presidente Geisel adotou a histórica decisão de atribuir à PETROBRÁS a exploração das reservas de minérios associadas às jazidas de petróleo, solucionando, assim, um impasse que ameaçava prolongar-se por muito tempo, com maiores prejuízos para o País.

O empenho em cumprir o cronograma estabelecido para as obras da fábrica de amônia e uréia foi observado durante a própria solenidade de assinatura do contrato para a execução dos trabalhos, pois, logo após os atos oficiais, as máquinas já se movimentavam e começavam os serviços de terraplenagem.

O início da construção da fábrica de amônia e uréia representa a consolidação de esperanças, a vitória de teses defendidas pelos setores mais lúcidos das lideranças políticas e empresariais de Sergipe, valendo ser ressaltada a luta constante do Governador José Rollemberg Leite, que não hesitou, inclusive, em classificar como lesiva a Sergipe e ao País a permanência das jazidas de sais potássicos, magnesianos e sódicos do nosso subsolo, em mãos de um grupo econômico reconhecidamente incapaz de levar adiante a iniciativa que lhe fora atribuída.

A instalação da fábrica de amônia e uréia dará a Sergipe a condição de subpolo petroquímico e ampliará as possibilidades de consolidação do eixo mineral, químico e petroquímico que, compreendido entre Salvador e Recife, tornará viável o aproveitamento integrado dos recursos minerais existentes na área, criando, no Nordeste, um pujante complexo industrial, que contribuirá decisivamente para diminuir as disparidades entre aquela região e o Centro-Sul do País.

A instalação das unidades de amônia e uréia e da Planta de Gasolina Natural representa apenas uma parcela do que deverá, o mais rapidamente possível, ser feito em Sergipe, visando ao aproveitamento dos recursos minerais ali existentes.

Sergipe confia em que ainda este ano poderá calorosamente receber o Presidente Geisel, quando oficialmente for iniciado o Projeto Potássio. A presença do Presidente é considerada altamente significativa pelos sergipanos, pois todos acompanharam, com o maior interesse, as decisões adotadas visando à criação de condições para a exploração dos sais minerais, outra importante riqueza que Sergipe tem a oferecer ao País.

O Complexo Industrial que começa a ser delineado abre um variado leque de alternativas para indústrias complementares, e essas potencialidades podem ser desde logo analisadas pelos empresários como promissoras oportunidades para investimentos em um Estado,

cuja economia deverá ser fortemente estimulada já a partir do próximo ano.

Medidas governamentais, como as que estão sendo adotadas em Sergipe, na área dos recursos minerais, representam, de fato, a execução de uma política objetiva de integração nacional e de adaptação da economia brasileira às contingências da crise que atingiu todo o arcabouço da economia mundial a partir de 1973.

Tornando possível o aproveitamento local de recursos existentes, o Governo Federal promove, de fato, a descentralização econômica, rompendo uma tendência quase colonizadora, que por algum tempo seduziu algumas esferas de tecnocratas, tendência esta responsável por uma visão deformada e deformadora da realidade nacional. Pretendendo-se privilegiar o desenvolvimento industrial em algumas áreas, relegavam-se outras à simples condição de fornecedoras de matérias-primas.

Aprofundava-se dessa forma o desnível entre as regiões, agravava-se consideravelmente a disparidade em termos de desenvolvimento entre o Norte-Nordeste e o Centro-Sul.

Dessa forma, não chegaríamos à superação do atraso ainda existente em várias regiões. Felizmente, alucidez foi bem maior do que as investidas das teses insensatas e incoerentes que sempre ocultaram propósitos distanciados dos verdadeiros objetivos nacionais. Assim, assistimos ao Governo voltar-se para a disseminação do processo de desenvolvimento industrial através de todos os pontos do País onde, como no caso de Sergipe, existam condições concretas para o surgimento de pólos industriais que possam utilizar recursos cujo aproveitamento local seja economicamente recomendável.

Diante da importância deste fato, para a instalação da fábrica de amônia e urêia em meu Estado, não poderia eu deixar de me manifestar, quando já o fiz noutras oportunidades, e justamente por ser escolhido o Município de Laranjeiras, onde nasci.

Por outro lado, procura-se agora assegurar a substituição de importações, a fim de que possa o País eliminar a sua dependência externa em relação ao maior número possível de produtos.

Os recursos minerais de Sergipe, dentro desse novo enfoque, não poderiam continuar inexplorados. Assim, o gás natural será utilizado para a produção de gasolina, de amônia e de urêia; assim também o início da exploração do potássio e de outros sais minerais irá suprir todas as necessidades do País em fertilizantes potássicos e gerar ainda uma diversificada soma de outros produtos, todos eles incluídos atualmente na faixa de importações.

Os recursos que vão convergir para Sergipe constituem pois, alocações altamente prioritárias, e se incluem numa política global de desenvolvimento que atende plenamente às exigências da nova realidade com que se defronta o País. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itálio Coelho.

O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Faleceu, no dia 26 de outubro último, antes de cumprir sessenta anos de uma vida dedicada, em grande parte, ao desenvolvimento econômico e cultural de Mato Grosso, o jornalista Roberto Jacques Brunini, sepultado pelo povo de Cuiabá, que tanto lhe devia.

Paulista de Rio Claro, onde nasceu a 2 de maio de 1917, Roberto Brunini receberá, da Câmara de Vereadores de Cuiabá, o título de "Cidadão Cuiabano", enquanto a Assembléia Legislativa do Estado lhe conferirá o título de "Cidadão Mato-grossense".

Industrial, lavrador, jornalista, publicista e editor, Brunini fundou, com os Drs. José Fragelli, Governador do Estado, e José Moraes, o jornal *Correio do Estado*, de Campo Grande; foi Diretor-proprietário da Rádio *A Voz do Oeste*; fundou a *Rádio Clube de Dourados* e reformulou a *Rádio Difusora PRI/7*. O primeiro fazendeiro do Estado a plantar café no Paralelo 11, implantou dois núcleos de colonização no Norte do Estado, as glebas Ubiratan e Sertânia, tendo o seu nome na carta geográfica de Mato Grosso, Água do Brunini, na Rodovia Cuiabá-Santarém.

Foi Superintendente do jornal *Social Democrata* e o editor do maior número de obras já publicadas no Estado, de escritores mato-grossenses, pertencendo a várias entidades culturais, dentre elas a Associação Mato-grossense de Imprensa.

Pioneiro da Imprensa falada em Mato Grosso, todas as emissoras de rádio da capital, ao ter notícia do seu passamento, passaram a divulgar uma programação especial, como homenagem póstuma a quem dedicara boa parte da sua vida ao aperfeiçoamento desse meio de comunicação, transformando *A Voz do Oeste* numa das mais brilhantes emissoras do interior brasileiro.

Ao seu sepultamento, no Cemitério da Piedade, compareceu o povo cuiabano, das classes mais representativas às mais humildes, enquanto, no dia seguinte, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso divulgava nota a seu respeito, dizendo:

"Mais que um amigo, Mato Grosso perde um grande homem, um batalhador do seu progresso, um entusiasta das suas potencialidades. Homem de empresa, não conheceu desfalecimentos na sua vida árdua de pioneiro do rádio e televisão cuiabanos, pelos quais tanto lutou, com a pujança do seu entusiasmo e o gênio do seu idealismo. O mais antigo radialista de Mato Grosso não se permitiu descanso. Nem a consunção da moléstia que o retirou de nosso convívio o fez esmorecer, pois estava em plena luta pela implantação em Cuiabá da primeira emissora de frequência modulada, com som estereofônico, a Rádio Melodia.

À classe radialista, a imprensa falada, escrita e televisionada, aos homens que labutam na comunicação, levamos a nossa palavra de alento, nesta hora triste que atravessamos com a perda irreparável de Brunini."

A estas palavras, que subscrevemos, em nome do povo mato-grossense, acrescentaram-se aquelas, não menos justas, da Imprensa, no *Diário de Cuiabá*:

"Não houve um único órgão de imprensa na Capital que se omitisse em homenagear o Comendador Roberto Jacques Brunini. As demonstrações de pesar pelo seu falecimento aconteceram simultaneamente, assim noticiada sua morte. As três emissoras de rádio rendem, desde anteontem, à tarde, a justa homenagem àquele que foi um dos expoentes máximos da radiofonia cuiabana. Homem de rádio e para o rádio, ele tinha uma autêntica paixão pelo microfone."

Devo consignar, ainda, Sr. Presidente, ter sido ele líder da Imprensa, na capital do Estado, em Cuiabá, e fundador de um dos mais expressivos jornais de Campo Grande, e da *Rádio Clube de Dourados*, no Sul do Estado.

Ao fazer este registro, Sr. Presidente, cremos interpretar os sentimentos de todo o povo mato-grossense, com as nossas condolências à família enlutada, para significar-lhe que esse luto cobriu não apenas Cuiabá, mas todo o Estado de Mato Grosso. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Esteves — Virgílio Távora — Jessé Freire — Paulo Guerra — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — Danton Jobim — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Mattos Leão — Otair Becker — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Não há mais oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, da emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1968 (nº

1.867-B/68, naquela Casa), que dá nova redação ao § 1º do artigo 449 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 571 e 572, de 1976, das Comissões:

- de Constituição e Justiça; e
- de Legislação Social.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão anterior, tendo sua votação sido adiada por falta de **quorum**.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 578, DE 1976

Nos termos do art. 350, combinado com alínea "c" do art. 310 do Regimento Interno, requiro adiamento da votação da emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1968, a fim de ser feita na sessão de 10 de março de 1977.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1976. — **Ruy Carneiro**.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria figurará na Ordem do Dia da sessão do dia 10 de março de 1977.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 524, de 1976, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Azeredo da Silveira, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 5 de outubro de 1976.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É O SEGUINTE O DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:

"Está é a primeira vez que visito oficialmente o seu país. Aqui vivi. Aqui aprendi a conhecer e a admirar o povo americano tão rico na sua diversidade, sujeito de tanta perplexidade, grande e estranho, reconhecidamente espontâneo e generoso. A esta cidade vim muitas vezes para encontrar-me com Vossa Excelência em ocasiões que foram sempre recompensadoras no plano profissional e um prazer intelectual no plano pessoal. Já tive o privilégio de ser recebido, aqui, pelo Presidente Gerald Ford, a quem pude transmitir as mensagens de considerações e apreço do Presidente Ernesto Geisel. Esta é, porém, a primeira vez que, já dentro do mecanismo e do espírito do Memorando de Entendimento que firmamos, em nome dos nossos Governos, em Brasília, quando de sua visita ao Brasil, chego a Washington, em caráter oficial, para consultas governamentais. Estes são tempos muito especiais em nossos respectivos países. Ou não deveria, talvez, assim dizer? Que tempos não são especiais para países que marcham com a História e estão constantemente a enfrentar os desafios das escolhas?

Quero me referir, porém, ao fato de que ambos os países têm sido chamados, recentemente, a tomar posições internacionais de grande repercussão. O fato de que nem sempre haja coincidência em nossas posições não nos deve surpreender. É apenas revelador da autenticidade com que cada Governo atua na defesa de seus respectivos interesses nacionais. O que é importante, sim, é que tenhamos sabido conservar ativo e constante o diálogo construtivo entre os dois Governos.

Rendo aqui minha homenagem aos esforços que Vossa Excelência tem desenvolvido, em tempos recentes, para encaminhar uma

solução pacífica para os problemas da África Austral. O Brasil sempre esteve convencido da urgência da questão e certo de que a falta de compreensão e de apoio internacionais às legítimas aspirações de independência e de libertação da opressão racial naquela parte do mundo levaria a conflitos violentos que, pelo bem de todos, melhor seria evitar. O que não se poderia impedir, porém, é que os povos oprimidos, política ou racialmente, reclamassem sua autonomia e sua liberdade. Creio que o tempo não está de todo passado no qual seja possível prestar ainda a essas populações o concurso do nosso fraternal apoio. A consciência moral que, neste como em outros países do Ocidente, tem sido particularmente despertada para a questão do respeito aos direitos humanos ganharia em ser sensibilizada, também, para o fato de que o respeito ao homem na sua dignidade fundamental não conhece as fronteiras da cor, nem as da Geografia ou do Poder.

O Memorando de Entendimento assinado entre nossos Governos representa um importante passo para a regularização dos nossos contatos oficiais na nova conjuntura internacional. Somente quem vê as relações internacionais por textos de divulgação, baseados em situações superadas, poderá deixar de perceber a importância que o bom diálogo entre países com o peso dos Estados Unidos da América e as potencialidades do Brasil tem para cada um e para o encaminhamento de soluções multilaterais que visem à paz mundial. Felizmente, quaisquer que tenham sido as vicissitudes do nosso relacionamento bilateral — essas têm existido — prevalecem o bom senso e a força dos fatos que tornam inelutável a nossa cooperação com países que somos no continente e confrades na comunidade ocidental.

No plano estritamente bilateral, os mecanismos de consulta ensejados pelo Memorando de Entendimento já nos permitiram iniciar discussões visando à solução de problemas existentes nas nossas relações comerciais. E, mais recentemente, abordar o estudo da cooperação nos setores da tecnologia e da energia. É já respeitável esse inventário, para os poucos meses de existência do Memorando.

No plano do comércio, esperamos que as consultas frequentes permitam aos nossos países encontrar soluções mutuamente satisfatórias e que atendam às características peculiares das relações entre países de desenvolvimento desigual. O mesmo se aplica aos outros planos de cooperação. Sobre tudo, é preciso que interesses mal compreendidos e suspiciões infundadas não conduzam a divergências inúteis. A esse propósito, menciono, com toda a franqueza, a incompreensão com que certos setores da opinião americana acompanharam a decisão brasileira de desenvolver uma indústria nuclear para fins pacíficos.

O Brasil, país carente de fontes fósseis de energia (nosso carvão é pobre e nosso petróleo ainda insuficiente), é o maior importador de petróleo entre os países em desenvolvimento. Tal dependência de suprimentos externos de combustível torna vulnerável a expansão econômica do país. A opção por fontes alternativas de energia é, assim, uma imposição objetiva. Não é outro o sentido da decisão brasileira de desenvolver uma indústria nuclear. País eminentemente pacífico, que repudia a guerra na sua própria Constituição, o Brasil tem adotado todas as medidas legítimas para resguardar o caráter pacífico da utilização da energia nuclear no país. Assim, aceitou todas as salvaguardas prescritas pela AIEA e assumiu, em Tlatelolco, obrigações que vão além dos compromissos estabelecidos pelo próprio TNP.

Mencionei a cooperação tecnológica e não quero terminar sem dizer alguma coisa mais sobre este assunto. Tem o meu país a convicção de que o entendimento internacional e a paz duradoura só serão possíveis se os Governos aceitarem cooperar para que o mundo seja menos desigual, mais harmonioso. Para isso, o desenvolvimento global e acelerado dos países menos avançados é essencial. A maior contribuição que os países desenvolvidos poderão prestar para esse fim é ajudar aos que hoje sofrem as frustrações de convivência vicária com o progresso a realmente começarem a usufruir das conquistas desse progresso. Para isso, não bastam os exemplos ou as

admoestações. É repartindo a capacidade de domínio sobre os meios materiais do progresso que se pode alcançar a proliferação do desenvolvimento. Uma visão esclarecida do processo facilmente demonstrará que os próprios interesses dos países desenvolvidos acabariam por beneficiar-se, de forma amplamente recompensadora, com uma evolução nesse sentido.

Senhor Secretário de Estado: este ano os Estados Unidos da América comemoram o bicentenário de sua independência. Embora nossa independência tenha vindo muito depois, o fato é que os contatos entre brasileiros desejosos de libertar o país e estadistas americanos datam já de quase dois séculos. É longa, pois, a tradição de entendimentos políticos entre nossos países, com vistas sempre à liberdade e ao progresso do homem.

À perenidade desses contatos, para que sirvam à prosperidade de nossos dois povos, quero aqui beber. Como peço aos Senhores que bebam comigo à saúde do Presidente Gerald Ford e à felicidade de Vossa Excelência e da Senhora Kissinger."

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 531, de 1976, do Senhor Senador Otair Becker, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Engenheiro Telmo Thompson Flores por ocasião da visita do Senhor Presidente da República ao Estado de Santa Catarina.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É O SEGUINTE O DISCURSO PROFERIDO PELO ENGENHEIRO TELMO THOMPSON FLORES:

Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel:

Recém-chegado do Japão, onde o levaram honroso convite e os interesses mais altos do nosso desenvolvimento, na saga dos ideais de fraternidade entre os povos, quis Vossa Excelência reunir-nos aqui, na Catedral do Carvão, para mais um ato de fé na capacidade de realização dos brasileiros.

A presença de Vossa Excelência, Senhor Presidente, nos alegra e nos estimula pela certeza de que seu Governo é uma presença fecunda em todos os cometimentos nacionais.

Oficialmente, Vossa Excelência vem apenas visitar a Usina Termoeletrica Jorge Lacerda em suas diversas etapas. Mas essa visita avulta em significado, quando nela se realiza um dos pontos básicos de uma programação administrativa, cuja síntese é "energia farta e barata" para as tarefas estruturais do progresso brasileiro.

Estamos acrescentando mais de 132 MW à potência instalada da Sotelca, o que a coloca — com 232 MW totais — numa excelente segunda posição entre as geradoras de energia da Eletrosul, que Salto Osório comanda.

Salto Osório, Senhor Presidente, Vossa Excelência não esteve lá, como desejava e era vontade de todos nós. As condições climáticas adversas não permitiram, apesar de todo o empenho evidenciado pelo Presidente, chegando a atingir Foz do Iguaçu. Agora e aqui, entra em contato direto com o que chamáramos um dos canteiros de obras da ELETROSUL. Com o superior disciplinamento da ELETROBRÁS, nos incorporamos à diretriz nacional de seu Governo, exercitando o dever de colaborar no alcance de novas e superiores etapas de crescimento econômico e justiça social.

O 4º ano da Revolução Brasileira viu a ELETROSUL para construir e operar as Centrais geradoras dos sistemas de transmissão de interesse interestadual, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O caminho era o mais indicado para maior segurança dos sistemas energéticos e a plena utilização de suas instalações, tendo em vista a redução dos custos operacionais.

Na mesma sequência de propósitos, a ELETROSUL deixou o Estado do Rio de Janeiro, transferindo sua sede para Florianópolis — centro geográfico da Região Sul — certa de que assim melhor atende, pronta e eficazmente, suas responsabilidades.

Em Tubarão, a Usina Jorge Lacerda. A Sociedade Termoeletrica Capivari. A Sotelca, dos idos de 1957, criada em tempo expressivamente curto, para operar junto à bota das minas.

Num distante 24 de agosto de 1956, o Centro Catarinense no Rio reuniu em sua sede "gregos e troianos" da política deste Estado além de especialistas do problema carbonífero.

Lá estiveram o ex-governador Adolfo Konder; o então Ministro da Justiça, Senador Nereu Ramos; o Governador da época, Jorge Lacerda; o General Pinto da Veiga, da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional; o Ministro Luiz Gallotti; os Senadores Carlos Gomes de Oliveira e Saulo Ramos e todos os Deputados da representação federal "barriga verde".

O ideal comum era traduzir em Lei a criação de uma Usina Termoeletrica, a partir da utilização do carvão-vapor catarinense.

O projeto foi escrito e o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957, logo sancionada. Nascia esta Usina, cabendo-nos lembrar e homenagear o então Comandante Carlos Natividade, seu 1º Presidente, lembrando o homenageando o verdadeiro pupilo de desbravadores, seus subordinados, cuja atividade exemplar nos trouxe até hoje desta visita.

O reconhecimento dos catarinenses deu à Usina o nome de Jorge Lacerda, arrebatado do nosso meio num cinzeno junho de 1958 — um ano e 3 meses após a criação da Sotelca.

Expressão notável de homem público e de cidadão, essa decisão foi de inteira justiça.

A Usina era um de seus sonhos — dos tantos que sonhou pelo futuro de sua terra e da sua gente.

Aqui Senhor Presidente, foram dados os primeiros passos positivos pelo aproveitamento racional do carvão-vapor de Santa Catarina.

Em julho de 1965, entrava em funcionamento, com a presença de Sua Excelência, acompanhando como Chefe da Casa Militar o saudoso Presidente Castello Branco, a 1ª Unidade geradora de 50 MW, que se completaria, em março de 68, com a 2ª Unidade dessa primeira fase, também de 50 MW.

Em setembro de 71, a Usina Jorge Lacerda foi incorporada à ELETROSUL. Hoje, setembro de 76, o Presidente da Nação Brasileira nos honra e nos alegra, vindo visitar a Usina com mais duas Unidades, de 68 MW cada uma, bem como o canteiro de obras, da terceira etapa, com mais 2 Unidades de 125 MW. E, fins de 1978, a ELETROSUL concluirá esta obra, para perfazer um total de 482 MW, com o que esta Usina apresentará o maior aproveitamento termoeletrico a carvão em operação no País e ainda na certeza que em breve atingiremos a marca de 1 milhão de KW de potência, tudo tendo como palco a comunidade de Tubarão.

Senhor Presidente, Tubarão. Um cenário humano de força impressionante. A natureza colocou no subsolo catarinense 3 camadas de carvão — verdadeiro tesouro subterrâneo, do qual Tubarão é uma das chaves.

E os nossos compatriotas de Tubarão tirando o carvão do ventre da terra, são heróis de uma capacidade quase mitológica de renascimento, pois se não voltam das cinzas, é da força avassaladora das enchentes que eles voltam sempre, para reconstruir seus lares, replantar suas searas, reagrupar a comunidade e com estoicismo admirável retomar suas tarefas da maior significação para o progresso da Pátria.

Esta calamidade das enchentes logo será eliminada pelas providências determinadas por Vossa Excelência, num atendimento pronto e solidário ao sofrimento de nossos irmãos tubaronenses. O pólo carboquímico brasileiro, aqui assentado pela natureza — uma justiça de Deus à imposição do sacrifício das enchentes — é a própria política do carvão nacional.

Acreditamos neste potencial extraordinário, que já leva energia a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, nos 529 km de suas linhas de transmissão.

E este mesmo carvão-vapor, porém, não se esgota com a utilização que lhe dá a Usina.

Assim compreendendo, o Governo de Vossa Excelência já deu sequência objetiva ao projeto da Administração Konder Reis, pelo qual será instalada uma Usina de gaseificação, que vai diminuir a demanda de gás de petróleo e representar para o País, ao lado da contribuição ao nosso balanço de pagamentos, um avanço extraordinário na escalada do crescimento desta Região e do Brasil.

Crescer, quer dizer abrir-se à ampliação do céu, como, por exemplo, fazem as nossas chaminés, que daqui vemos e admiramos.

Mas crescer é, também, deitar raízes nas profundezas da terra — o homem resguardado pela natureza, em contato com suas entranhas, onde estão as mais vivas sementes do futuro.

Nesta região, Vossa Excelência sabe, Senhor Presidente, se estrutura, se estrutura o centro de ativação do nosso progresso, com uma Siderúrgica, a ELETROSUL, a Indústria Carboquímica e uma Usina de gaseificação, pontos exponenciais de uma realidade industrial, sólida, de pés na terra pela tenacidade desta gente extraordinária, que vive com simplicidade o dia-a-dia, mas tem sempre a cabeça voltada para o alto, de onde, certamente lhe vem toda a inspiração.

À justiça dessas conclusões, devemos juntar, também, a presença do Governo Federal no atendimento de todos os reclamos da área, a começar pela política de realizações, orientada pelo Ministério das Minas e Energia e pela ELETROBRÁS, que se completam nos amplos aspectos da construção deste País, renascido em Março de 64, para as afirmações mais lúcidas de um grande destino.

A tônica principal desta política está voltada para o objetivo de propiciar energia abundante a baixo custo às nossas fábricas e aos nossos lares — progresso e bem-estar pela valorização das potencialidades econômicas e a projeção social do homem brasileiro, como agente principal do desenvolvimento.

Ainda agora, no último dia de agosto, dentro deste espírito, a ELETROSUL concretizou seus estudos quanto ao problema da preservação do meio ambiente nesta região, adquirindo moderno equipamento, para reduzir em 98 por cento das cinzas expelidas pelas chaminés da Jorge Lacerda. Foi um vultoso contrato de quase 38 milhões de cruzeiros, com aquisições no valor de 17 milhões na indústria nacional e apenas 4 milhões fora do nosso País. Dentro de um ano, os precipitadores eletrostáticos estarão instalados, se antes for impossível fazê-lo, pois o nosso empenho é dar ao problema um tratamento preferencial de urgência, para que Tubarão possa seguir sem tropeços na edificação do futuro.

A ELETROSUL está aqui, em Santa Catarina, subsidiária da ELETROBRÁS que é, desenvolvendo uma programação que visa a proporcionar uma sempre maior e melhor condições de trabalho, para as tarefas diuturnas do enriquecimento nacional.

É a coerência na execução de um Plano de Desenvolvimento, cujo principal impulso se encontra na segurança que se deu ao trabalho brasileiro, em todos os escalões de atividades.

É o Governo de Vossa Excelência — síntese dos propósitos alevantados do ideário cívico da Revolução — recebendo do povo um apoio consagrado, invalidando as frustrações das "aves agourelas" que vivem catando agulhas enferrujadas no palheiro de um trabalho patriótico. Elas querem apenas ferir nosso entusiasmo e fraudar a vibração nacional, no embate com os tantos problemas da conjuntura do crescimento econômico e da justiça social a que nos propomos.

Esses problemas não são tão simples como dizem quantos somente desejam tumultuar a vida nacional. Contra eles, porém, lutaremos sem desfalecimentos, sob o comando esclarecido e patriótico de Vossa Excelência, Presidente Ernesto Geisel.

Os brasileiros estão voltados para a conquista dos objetivos nacionais permanentes, a partir do binômio "segurança e desenvolvi-

mento", parcelas de nossa soberania, de que não abriremos mãos jamais.

O povo ensinará às falsas vestais de uma democracia liberticida, inconsequente e indesejada, a verdade dos propósitos democráticos da Revolução. Mas os nossos propósitos não se traduzem numa democracia que se arraste perigosamente na vizinhança do caos. Queremos a Democracia como aspiração do Brasil por si mesmo, senhor da sua vontade nacional, vivendo soberanamente como quer viver, fiel às suas origens cristãs da sua história e voltado para o futuro com a dignidade que aprendemos dos nossos maiores e que temos o dever de transmitir aos nossos filhos e netos, opulenta com as nossas experiências brasileiras, a visão realista do mundo em que vivemos, que o trabalho há de fecundar para a eternidade da Pátria.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, perguntou enfaticamente "Quando é que existiu Democracia no Brasil?". E ninguém deu uma resposta com a mesma objetividade da pergunta. A plena democracia depende de alcançarmos a justiça social, por uma distribuição correta da riqueza produzida, de elevarmos o nível educacional e cultural do povo, de promovermos a integração dos objetivos nacionais permanentes nas bases de um regime político que se lustre nas origens históricas do Brasil e se projete na saga iluminada dos nossos ideais de povo soberano. Somente assim chegaremos ao equilíbrio entre o social e o político, sem a desvalorização da consciência popular pela contaminação dos demagogos, dos negociistas e dos representantes do comunismo internacional e dissolvente.

Esta conquista será feita com lideranças de escol, como a de Vossa Excelência e a permanente atenção de nossas Forças Armadas, guardiãs do futuro, povo como somos povo, nascidas por seus oficiais, sargentos, praças, marinheiros e aviadores de todas as classes sociais em que se retrata a Nação.

Senhor Presidente, desculpe o nosso entusiasmo, consequência de uma admiração muito sincera pelo que se vê aqui, no extremo sul da nossa Pátria, em termos de realização consciente e sem as manchas da insensibilidade dos curandeiros da crítica.

Queremos destacar quantos participaram desta obra magnífica, que é a Usina Termoeletrica Jorge Lacerda, agora incluída, pela sua segunda etapa, entre as tantas realizações de seu Governo.

Nosso agradecimento especial ao ilustre Governador Antônio Carlos Konder Reis pela sua decidida colaboração prestada na implantação da sede da ELETROSUL em solo catarinense. A evidência de que nos honram com suas presenças os Senhores Ministros das Minas e Energia, Dr. Shigeaki Ueki e do Interior, Dr. Rangel Reis e o dinâmico Presidente da ELETROBRÁS, Dr. Antônio Carlos Peixoto Magalhães, a quem tenho a honra de representar.

Diante deste quadro monumental — terra e povo unidos no aplauso emocionado a um homem público do porte político e das virtudes cívicas de Vossa Excelência, Presidente Geisel — apenas podemos dar-lhes a certeza de que continuaremos unidos na concretização dos nossos ideais, movimentando minas e usinas, construindo fábricas, dinamizando a vida nacional, ensinando a justiça social, porque este é o programa da Revolução que o Brasil fez e que tem em Vossa Excelência o intérprete esclarecido e dirigente patriota e digno.

Sob a inspiração de seu Governo os brasileiros aqui reunidos repetem o gesto que vive hoje nos quatro cantos da pátria — dão-se as mãos, na edificação do Brasil dos nossos justos sonhos. De mãos dadas é mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 4:

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1976, do Senhor Senador Franco Montoro, que assegura direitos dos Empregados no caso de Falência ou Concordata da Empresa, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 322 e 323, de 1976, das Comissões:

— de Constituição e Justiça; e
— de Legislação Social.

Em votação o projeto, em segundo turno.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria vai ao arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 1976

Assegura direitos dos empregados no caso de falência ou concordata da empresa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 449 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º Na falência e na concordata, constituirão crédito privilegiado as contribuições devidas ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, a totalidade dos salários devidos ao empregado e um terço das indenizações a que tiver direito, e crédito quirografário os restantes dois terços”.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 5:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1975, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que acrescenta parágrafo único ao art. 394 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

PARECERES, sob nºs 666 a 668, de 1976, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de **Legislação Social**, favorável; e
- de **Saúde**, contrário.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão anterior, tendo a votação adiada por falta de **quorum**.

Em votação o projeto, em primeiro turno.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria vai ao arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 1976

Acrescenta parágrafo único do art. 394 da CLT.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao artigo 394 da Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho:

“Art. 394.

Parágrafo único. A partir do 6º mês de gestação, a jornada de trabalho a que alude o artigo 373, será reduzida para 6 (seis) horas.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 6:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 1975, do Senhor Senador José Esteves, que

“dispõe sobre a transferência da sede da Superintendência da Borracha para a cidade de Manaus”, tendo

PARECERES, sob nºs 761 a 764, de 1976, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de **Assuntos Regionais**, favorável;

— de **Economia**, favorável; e

— de **Finanças**, favorável, com voto vencido dos Senhores Senadores Saldanha Derzi, Ruy Santos e Heitor Dias.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão anterior, tendo a votação adiada por falta de **quorum**.

Em votação o projeto, em primeiro turno.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria vai ao arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 1975

Dispõe sobre a transferência da sede da Superintendência da Borracha para a cidade de Manaus.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Superintendência da Borracha, criada pela Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, passa a ter Sede e Foro na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Parágrafo único. A transferência deverá ser concluída dentro do prazo de sessenta (60) dias.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 7:

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1976, do Senhor Senador Osires Teixeira, que autoriza os Governos Estaduais a implantar Agências de Banco Oficial ou Caixa Econômica Estadual, nos termos que especifica, tendo

PARECER, sob nº 807, de 1976, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão anterior, tendo a votação adiada por falta de **quorum**.

Em votação o projeto, em primeiro turno, quanto à constitucionalidade.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria vai ao arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 1976

Autoriza os Governos Estaduais a implantar agências de Banco Oficial ou Caixa Econômica Estadual, nos termos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Governos Estaduais poderão, em razão de necessidades de incremento ao desenvolvimento, instalar Agências do Banco Oficial e Caixa Econômica Estadual em todos os Municípios de seu território.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo depende, em cada caso específico, da autorização legislativa e bem assim da comprovação, perante o Conselho Monetário Nacional, da capacidade de Capital dos Estabelecimentos em suportar em nova Agência e das razões sócio-econômicas que justificam a medida.

Art. 2º O Poder Executivo baixará, dentro de 120 dias, regulamentação à presente lei, ouvido o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil.

Art. 3º Fica, para criação das agências previstas na presente lei, dispensada a exigência da emissão de Carta Patente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Lei nº 4.595, de 31-12-64, que com esta colidam.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 8:

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1976, do Senhor Senador Franco Montoro, que estende aos trabalhadores rurais o abono previsto para os trabalhadores urbanos, a ser pago pelo FUNRURAL dentro de suas disponibilidades financeiras, tendo

PARECER, sob nº 518, de 1976, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

A discussão do projeto foi encerrada na sessão anterior, tendo a votação adiada por falta de quorum.

Em votação o projeto, em primeiro turno, quanto à constitucionalidade e juridicidade.

Os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria vai ao arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 1976-Complementar

Estende aos trabalhadores rurais o abono previsto para os trabalhadores urbanos, a ser pago pelo FUNRURAL dentro de suas disponibilidades financeiras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Sempre que as disponibilidades do FUNRURAL o permitirem, poderá o Ministro da Previdência e Assistência Social atribuir aos aposentados e pensionistas abrangidos pelo Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) abono anual, observados os critérios previstos na Lei nº 4.281, de 8 de novembro de 1963.

Art. 2º Entrará esta Lei em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 533, de 1976, do Sr. Senador Jarbas Passarinho, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da entrevista do ex-Ministro Mário Andreazza, publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 7 de outubro de 1976.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 535, de 1976, do Sr. Senador Henrique de La Rocque, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Almirante Adalberto Nunes e pelo Dr. Edmundo Monteiro, por ocasião do encerramento do X Congresso Brasileiro de Radiodifusão.

— 3 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1976 (nº 2.214-B/76, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor

Presidente da República, que autoriza a doação à Universidade Federal da Bahia do imóvel que menciona, situado na cidade de Salvador, Estado da Bahia, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 900 e 901, de 1976, das Comissões:

- de Educação e Cultura; e
- de Finanças.

— 4 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1973, do Sr. Senador Franco Montoro, que dispõe sobre o salário mínimo profissional do contador e do técnico em contabilidade, tendo

PARECERES, sob nºs 765 e 766, de 1976, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, favorável;
- de Legislação Social, (ouvido o Ministério do Trabalho), contrário, com voto vencido, em separado, do Sr. Senador Franco Montoro.

— 5 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 1975, do Sr. Senador Benjamim Farah, que estabelece a uniformidade dos períodos de férias escolares em todo o País, tendo

PARECER, sob nº 805, de 1976, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas.)

CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER Nº 66/76

Da Consultoria Jurídica sobre Requerimento em que JOSÉ GOMES FILHO, Assistente de Plenários, Classe "A", solicita seu enquadramento no cargo de Assistente Legislativo.

José Gomes Filho, Assistente de Plenários, Classe "A", solicitou, em 28 de novembro de 1974, seu enquadramento na Categoria Funcional de Assistente Legislativo, Classe "A".

II. A Senhora Diretora da Subsecretaria de Pessoal, a quem a matéria foi encaminhada, atendendo a sugestão de seu Chefe de Seção de Instrução Processual, solicitou do Senhor Chefe de Gabinete do então Excelentíssimo Senhor Primeiro-Vice-Presidente do Senado, Senador Konder Reis — em cujo Gabinete servia o Postulante as seguintes informações:

- a) se o Suplicante se encontrava desviado de suas funções;
- b) em caso afirmativo, há quanto tempo; e
- c) se possuía a qualificação exigida para o exercício na Categoria Funcional de Assistente Legislativo, Classe "A"

III. Em resposta à Diretora do Pessoal, esclareceu aquela Chefe de Gabinete:

- a) que o Requerente encontrava-se desviado de suas funções;
- b) que esse desvio se verificara a partir de julho de 1974;
- c) que o Requerente "tem procurado aprimorar os conhecimentos visando atingir a qualificação exigida para o exercício na Categoria Funcional de Assistente Legislativo."

IV. Novamente na Subsecretaria de Pessoal, esta, pela Seção competente, informou:

- a) que José Gomes Filho foi admitido em 26-1-67, para o cargo de Ascensorista, F.T. 7;
- b) que posteriormente, por decisão da Comissão Diretora, foi enquadrado no cargo de Ascensorista, PL-15;

c) que, pelo Ato nº 15, de 1973, da C.D., os ocupantes do cargo de Ascensorista foram enquadrados na Categoria Funcional de Assistente de Plenários, Classe "A";

d) que a escolaridade do Requerente corresponde ao curso primário completo; e

e) que o Ato nº 14/1973, que especificou as Classes das Categorias Funcionais dos Grupos Atividades de Apoio Legislativo, Serviços Auxiliares e Serviços de Transporte Oficial e Portaria do Quadro Permanente do Senado Federal, determinara que a forma de ingresso na Categoria Funcional de Assistente Legislativo, Classe "A", é feita da seguinte form:

Forma de Recrutamento:

"Concurso público, respeitada a área de especialização."

Nível de Escolaridade:

"Ciclo Colegial ou 2º Grau, ou nível equivalente."

V Indo o processo ao Conselho de Administração, opinou este, nos termos do parecer do Relator, Dr. Luiz do Nascimento Monteiro, "pelo indeferimento do petição em exame, por falta de amparo legal".

VI. Efetivamente, carece de suporte jurídico a pretensão do Postulante, igual a dezenas de outras que, submetidas à nossa apreciação, mereceram nosso parecer contrário.

Até hoje muita gente não entendeu bem que o Plano de Reclatificação de Cargos, levado a efeito nesta Casa, não foi feito para melhorar vencimentos, nem para promover funcionários, mas, sim, para revalorizar os cargos ou seja, dar, às diversas categorias funcionais, o seu exato valor.

É que, até então, por força de promoções demagógicas, nivelou-se o funcionalismo por baixo, e essa distorção chegou a apresentar aspectos alarmantes.

Servidores de baixa escolaridade e ingressos no serviço público pelas portas do pistão, conseguiram alçar-se a posições de relevo, mas para as quais não estavam preparados, o que ocasionou enormes dificuldades à administração.

A reforma administrativa efetuada no Executivo e que se estendeu ao Legislativo, procedeu à implantação do Plano de Reclassificação e, posteriormente, ao consequente enquadramento dos servidores, objetivando, precisamente, a encerrar um ciclo negativo na administração, no tocante à política do pessoal, buscando fixar, a respeito, critérios mais racionais e, sobretudo, necessários.

Feito o enquadramento, na ocasião oportuna, sem prejuízo de antigas situações de fato, sancionou-se o ambiente e deu-se, assim, início a uma nova era, em que se esperava cessassem, de vez, as postulações absurdas.

Tal porém, não aconteceu, e dezenas e dezenas de reivindicações, infundadas, desarrazoadas e até impertinentes, tiveram curso na Casa, a maioria vindo desembocar nesta Consultoria, onde, invariavelmente, por injuridicamente descabidas, foram devidamente rechaçadas.

VII. O requerimento em causa se inscreve entre os que deveriam ter sido liminarmente indeferidos, por falta de amparo legal.

O direito de recorrer do enquadramento de há muito prescreveu, para o Recorrente, e, no mérito, sua pretensão é insustentável, pois lhe falecem aquelas condições que a lei (Ato nº 14/73) exige para que ele fosse integrado na Categoria Funcional de Assistente Legislativo.

Não podendo ascender ao cargo pretendido por progressão funcional, que este não é o caso, só lhe restaria tentar o concurso público, do que, porém, estaria impedido, por não possuir a escolaridade correspondente ao ciclo colegial ou nível equivalente.

Quanto ao fato de estar desviado de suas funções, isto, ao invés de favorecê-lo, pesa em seu desfavor, uma vez que o Regulamento Administrativo proíbe esse desvio (art. 515, § 14).

VIII. Ante o exposto, considerando que o prazo para a interposição do recurso está perempto, e que o suplicante não preenche os requisitos exigidos em lei, para ocupar o cargo que pleiteia, opinamos pelo indeferimento do pedido.

Brasília, 17 de novembro de 1976. — Paulo Nunes Augusto de Figueiredo, Consultor Jurídico.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE ECONOMIA

34ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1976.

Extraordinária

Às quinze horas do dia dezessete de novembro de mil novecentos e setenta e seis, na Sala "Rui Barbosa", reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Economia, sob a presidência do Sr. Senador Renato Franco, Vice-Presidente, no exercício da presidência, e a presença dos Srs. Senadores Ruy Santos, Jarbas Passarinho, Helvécio Nunes, Luiz Cavalcante e Cattete Pinheiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Milton Cabral, Vasconcelos Torres, Arnon de Mello, Jessé

Freire, Paulo Guerra, Orestes Quêrcia, Roberto Saturnino e Franco Montoro.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

É lido, discutido e aprovado o seguinte parecer:

Pelo Senador Ruy Santos:

Parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1976, que "aprova o texto do novo Acordo de Comércio e Pagamentos entre a República Federativa do Brasil e a República Socialista da Romênia, assinado em Brasília, em 5 de junho de 1975."

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:
Benjamim Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PE)

3º-Secretário:
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:
Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Mattos Leão
Paulo Guerra
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauru Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Carreira

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 25-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA—(CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quércia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Vasconcelos Torres	1. Altevir Leal
2. Paulo Guerra	2. Otair Becker
3. Benedito Ferreira	3. Renato Franco
4. Itálvio Coelho	
5. Mendes Canale	
MDB	
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Orestes Quércia	2. Amaral Peixoto

Assistente: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 706
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS—(CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Cattete Pinheiro	1. Saldanha Derzi
2. José Guimard	2. José Sarney
3. Teotônio Vilela	3. Benedito Ferreira
4. Renato Franco	
5. José Esteves	
MDB	
1. Agenor Maria	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carreira	2. Gilvan Racha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA—(CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho
1º-Vice-Presidente: Gustavo Capanema
2º-Vice-Presidente: Paula Brassard

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Accioly Filho	1. Mattos Leão
2. José Sarney	2. Otto Lehmann
3. José Lindoso	3. Petrônio Portella
4. Helvídio Nunes	4. Renato Franco
5. Itálvio Coelho	5. Osires Teixeira
6. Eurico Rezende	
7. Gustavo Capanema	
8. Heitor Dias	
9. Henrique de La Rocque	
MDB	
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Mauru Benevides
3. Nelson Carneiro	
4. Paula Brassard	

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL—(CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

ARENA

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barbosa
3. Ruy Carneiro

MDB**Suplentes**

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Virgílio Távora

1. Evandro Carneira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA—(CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Jessé Freire
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

ARENA**Suplentes**

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quéricia
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA—(CEC)

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale
6. Otto Lehmann

Suplentes

1. Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney
4. Ruy Santos

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS—(CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

ARENA**Suplentes**

1. Daniel Krieger
2. José Guimard
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Cattete Pinheiro
6. Osires Teixeira

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL—(CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro
Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA—(CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE REDAÇÃO—(CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim
Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

Suplentes

ARENA

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Otto Lehmann

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quéricia

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmem Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES—(CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Luiz Viana
2º-Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrónia Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvídio Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipertt — Ramal 676

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE—(CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco
Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

1. Saldanha Derzi
2. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Evandro Correia
2. Ruy Carneiro

Assistente: Léo Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

ARENA**Suplentes**

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quartas-feiras, às 12:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL—(CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lázaro Barboza
Vice-Presidente: Otto Lehmann

Titulares

1. Augusto Franco
2. Otto Lehmann
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

ARENA**Suplentes**

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

1. Denton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Sonia Andrade Peixoto — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS—(CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alexandre Costa
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

ARENA**Suplentes**

1. Otto Lehmann
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

MDB

1. Evandro Correia
2. Evelásia Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Cláudio Carlos R. Costa — Ramal 301
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:30 horas
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 25-8505 — Ramal 303
1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
2) Comissões Temporárias para Apreciação de Votos
3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;
Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598;
Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PARA O ANO DE 1976**

HORAS	TERÇA	SALA	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALAS	ASSISTENTES
10:00	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal — 623	LÊDA	09:00	C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	SALAS	ASSISTENTES				
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal — 623	MARIA HELENA	10:00	C.E.C.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal — 623	CLEIDE
	C.E.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	DANIEL		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	SÔNIA
10:30	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	CÂNDIDO	10:30	C.F.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	MARCUS VINICIUS
11:30	C.A.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	MARCUS VINICIUS		C.M.E.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal — 623	RONALDO
	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal — 623	MARIA CARMEM	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal — 623	DANIEL
12:00	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	LÊDA		C.S.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	LÊDA
				11:30	C.T.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	CLÁUDIO COSTA